



OS DEBATES SOBRE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS DISPUTAS E OS CONFLITOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Debates on quality in early childhood education: disputes and conflicts in social movements

Entrevistada

Ana Lúcia Goulart de FARIA

Faculdade de Educação
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, Brasil

cripeq@unicamp.br


<https://orcid.org/0000-0002-1886-3790> 

Entrevistadora

Solange Estanislau dos SANTOS

Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo
Caraguatatuba, Brasil

solestani13@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-8515-6789> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

Esta entrevista foi com Ana Lúcia Goulart de Faria, que é professora da Universidade Estadual de Campinas e faz parte do grupo gestor do Fórum Paulista de Educação Infantil (FPEI), pesquisadora e militante que tem se dedicado a defesa de uma educação infantil pública, gratuita e de qualidade para todos os bebês e crianças pequeninhas. A entrevista aborda questões sobre os dilemas e impasses discutidos pelo Fórum Paulista de Educação Infantil (FPEI) e pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), na perspectiva da pesquisadora, e também as problemáticas dessas disputas, consensos e dissensos.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. MIEIB. FPEI.

ABSTRACT

This interview was with Ana Lúcia Goulart de Faria, who is a professor at the State University of Campinas and is part of the management group of the São Paulo Forum for Early Childhood Education (FPEI), a researcher and activist who has dedicated herself to defending free, high-quality public early childhood education for all babies and toddlers. The interview addresses issues regarding the dilemmas and impasses discussed by the São Paulo Forum for Early Childhood Education (FPEI) and the Interforum Movement for Early Childhood Education in Brazil (MIEIB), from the researcher's perspective, as well as the problems of these disputes, consensuses and dissensions.

KEYWORDS: Public Policies. MIEIB. FPEI.

INTRODUÇÃO

Primeiro, gostaria de agradecer a imensa disponibilidade e generosidade da Ana Lúcia e dizer o quanto estamos felizes com essa entrevista. A professora Ana Lúcia¹, além de testemunha, é precursora na construção da educação infantil no Brasil. Tem trazido inúmeras contribuições e participa incansavelmente dessa trajetória e luta pelo direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade desde o nascimento.

Essa entrevista traz principalmente as falas dela no debate realizado pelo Fórum Paulista de Educação Infantil (FPEI)² na época da consulta pública dos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil, em fevereiro de 2024, e apresenta algumas reflexões sobre o processo de debate e a difícil tarefa de articular no movimento social as disputas, os conflitos e os dissensos para construir novos conhecimentos e legitimar as lutas.

Sobre o momento que estamos vivendo politicamente e o lançamento das novas Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, gostaria de te ouvir um pouco sobre:

O que você achou da fase de consulta e audiência pública? Como foi a participação do Fórum Paulista de Educação Infantil e do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB)?

Gostaria de começar com a frase do Pablo Neruda “Podem cortar todas as flores, mas nunca irão impedir a primavera”. Para falar da importância, da resistência e da presença dos movimentos sociais e do Fórum Paulista de Educação Infantil na luta pelas infâncias.

Sobre a consulta, o Fórum Paulista de Educação Infantil que é um dos fóruns que faz parte do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, não estava participando desta discussão com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

Nós estamos fazendo essa discussão entre nós do FPEI justamente para poder fugir dessa avaliação ali que o Tonucci (2003) mostra que a pessoa que vai ser aprovada

¹ Ela se apresenta como Criancista, criangóloga, antifascista, marxista, feminista. Paulistana desvairada, pedagoga, professora plena colaboradora aposentada da Faculdade de Educação da Unicamp (<http://lattes.cnpq.br/4159105582085681>)

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3AcnYx0Jws&t=8525s>

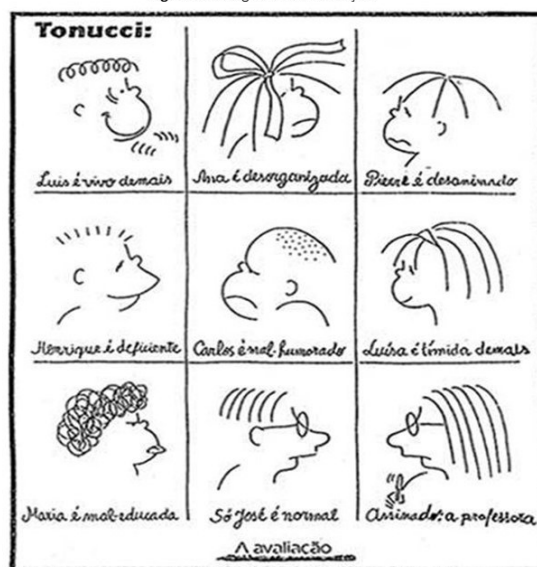
é a cara do/a professor/a e ao mesmo tempo eu vejo que é uma boa tradução do Nietzsche que falou isso há muito tempo: *que Narciso acha feio o que não é espelho*.

Então a gente tá vendo uma proposta importante que já foi feita pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil e que agora é um momento de discutir e melhorar e a gente não vê essa possibilidade de fato em jogo.

Se eles/as continuarem falando naquele jeito deles/as **da maioria**, eles/as vão excluir todas as falas **das minorias**. Eles/as nem nos conhecem.

E é isso que eu queria falar para o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil: vocês podem conversar com outras pessoas, mas o Fórum Paulista, a gente vai conversar entre nós. Nós vamos postar uma coisa chamada Fórum Paulista de Educação Infantil e não Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. E aí eu convidaria as pessoas que estiveram hoje, que concordam com a gente, que assinem com a gente.

Figura 1: Charge sobre a avaliação



Qual o grande impasse dessa discussão sobre qualidade?

Para mim é a quantidade de crianças/bebês por adulto/a. Eu acho interessante, pois é também uma questão sindical, porque a gente tem usado o termo legal, as leis que regulamentam o trabalho docente, inclusive tem um negócio de férias e vem com férias de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de estatutário de creche, de pré-escola diferente de férias do professor e da professora de escola, de escola privada. Grandes diferenças, né?

Então você falar em número de crianças eu vejo mais como uma questão sindical que precisaria então estar no meio disso que a gente está chamando aí de legal. Mas eu estou vendo aqui que a Renatinha, muito cuidadosa com isso, por essa especificidade do trabalho dela com os/as bebês, com as crianças de zero a três, até as menores agora que vai de 0, zero mesmo a 3; a lei sempre falou em zero, mas a gente sempre foi depois da licença maternidade e tal. Mas agora tá sendo 0 mesmo.

Eu acho que a gente, enquanto Fórum Paulista, a gente não devia falar da questão do número de crianças por idade, por professor/a. Eu acho que não, porque nós não temos essa discussão. Existe uma óbvia né, que é o número restrito de

crianças, mas existe uma polêmica nunca enfrentada, que como não tem política para aumentar o número de unidades, não existe, não se falou em lugar nenhum como aumentar, não existe. Que horas que é obrigado aumentar?

Então eu acho que é uma discussão que a gente não tem e que na medida que não tem uma política que aumenta ... Quando se deve aumentar o número de creches?

Eu diria que cada vez que a gente diminui o número de crianças por pessoa adulta significa menos crianças que vão ter vagas. Se a gente fizer um padrão que a gente considera de qualidade alta, o número X de criança para cada professor/a, pela experiência que se tem tudo mais, será algo arbitrário ... eu só queria justificar isso: de não falar nada deste tema sem discussão. Não tô dizendo para concordar com isso, que já faz 20 anos que eu luto por isso. Sem uma política de expansão das unidades não podemos diminuir o número de crianças por professor/a, porque isso significa atender menos crianças por professor/a, porque isso significa ter menos crianças do que a gente já atende, aumentar a fila de espera e fazer exclusões né? Começar a fazer exclusões, né?

Quem é que vai ficar sem a vaga? Desse grupo que eu tenho, hoje, que são 8 e vão ficar 6, quem são as duas que vão sair?

Então eu só queria polemizar isso para dizer que poderia ir naquela discussão inicial que o documento vai ter, que discorda das ideias confusas né? concepção, concepções contraditórias etc e tal, dizer também isso: o número de crianças tem que ser discutido, o número de unidades e a população fértil de cada município. É uma discussão que nunca foi feita. Isso, a Fulvia estava careca de discutir essas coisas. Então é isso que eu queria dizer, de ponderar o cuidado com essa questão que não depende do que combina, do que pode e o que não pode.

Geralmente, quando se fala em qualidade pensa logo em avaliação. Como você enxerga essa relação na Educação Infantil?

Essa avaliação que não é o sistema tradicional de avaliação, né? Por isso já foi muito bem colocada a avaliação de aprendizagem, que somos contra. Como deve ser feita a avaliação das crianças, quais teorias. Mas é bom lembrar que a gente tem algumas teorias que são fundantes das nossas falas. Então a teoria do ensino e aprendizagem, por exemplo, não faz parte das nossas reflexões.

Qual ideia ou defesa vale a pena ser reforçada?

Assim como a Conferência Nacional de Educação (Conae) revogou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³, a Conferência Nacional de Educação diz que é para voltar o sistema de ciclos da alfabetização para a criança se alfabetizar até o terceiro ano do fundamental, não é para ser alfabetizada na educação infantil.

Então eu reforçaria, também, já comentado nas outras dimensões que nós estamos falando das cem linguagens das crianças, né?

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil falam de relações e brincadeiras e a gente tá falando da relação criança-criança, da relação da criança com as pessoas adultas, estamos falando das culturas infantis e vamos falar, então, das 99 linguagens e não só do português e com a sua tradução com a linguagem, com a Língua de Sinais. O Brasil tem duas línguas de sinais, tem também uma língua indígena de sinais e todas as línguas faladas precisam estar contempladas em nossas propostas de alfabetização. Lá no documento é só o português.

Precisamos ficar atentas a invasão desses programas de alfabetização, que insistem em reduzir as linguagens infantis em leitura e escrita apenas, não podemos deixar mais uma vez matarem as outras 99, como nos disse Emerica/Belchior “Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”.

Quais lacunas o documento apresenta?

A falta de discussão sobre formação, porque avaliação tem a ver como você é formado e no documento tá um vazio total sobre isso.

Também existe uma total ausência da discussão sobre a colonização e sobre as diferenças de classe, raça, etnia, gênero, idade...

O Fórum Paulista de Educação Infantil tem sempre se manifestado de forma independente e crítica contra o conservadorismo, os retrocessos, os feminicídios e toda forma de exclusão e violência contra crianças e as mulheres, como pode ser visto nos diversos manifestos⁴ elaborados pelo coletivo do Fórum Paulista de Educação Infantil.

³ Indico a leitura do artigo da Solange e da Elina com uma análise crítica sobre a BNCC: SANTOS, Solange Estanislau dos; MACEDO, Elina Elias de. BNCC para a educação infantil e a urgência de resistências. **Debates em Educação**, Maceió/AL, v. 13, n. 33, p. 1-14, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13n33p1-14. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12694>. Acesso em: 23 mar. 2025.

⁴ DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Fórum Fórum Paulista. MANIFESTO INDIGNADO. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 208, 2016. DOI: 10.28998/2175-6600.2016v8n16p208. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2815>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MANIFESTO Indignado do Fórum Paulista de Educação Infantil (FPEI): Avaliar para quê? E para quem?. In: Faria, Ana Lúcia Goulart de; Aquino, Ligia Maria Leão (Org.). **Educação infantil e PNE: questões e tensões para o século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2012, p.6-8.

Levando em consideração que já tem um ano que houve esse debate, e agora com o documento aprovado num governo democrático, como você gostaria de encerrar a entrevista?

Enfatizo o necessário combate a todas as formas de colonização, debate ignorado pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade e pela Base Nacional Comum Curricular, assim como a problematização das diferenças de classe, raça, etnia, gênero, idade.

Essas políticas não representam o pensamento crítico brasileiro.

O movimento social precisa se posicionar mais sobre as mortes das crianças em Gaza, no Rio de Janeiro, das crianças indígenas e de tantas outras. Sabemos que não podemos mudar o mundo todo, mas podemos gritar, ou como diz a música, interpretada por Juliana Linhares, “Eu não posso mudar o mundo, mas eu balanço”.

E gostaria de terminar com a frase do Nêgo Bispo, importante pensador, poeta e militante contracolonial, que nos deixou recentemente:

Quando nós falamos tagarelando
E escrevemos mal ortografado
Quando nós cantamos desafinando
E dançamos descompassado
Quando nós pintamos borrando
E desenhamos enviesado
Não é por que estamos errando
É porque não fomos colonizados
(Nêgo Bispo)

Para fechar com profunda gratidão e admiração, agradeço à querida professora Ana Lúcia por ter aceitado participar da entrevista e, mais do que isso, por sua grandiosa e incansável contribuição na luta por uma educação pública de qualidade desde o nascimento.

Ana Lúcia é referência incontornável, precursora e presença viva nas batalhas que desestabilizam os consensos, tensionam o senso comum e enfrentam com coragem as contradições que atravessam a infância, as instituições educativas, o currículo e a docência. Sua trajetória é marcada pela firmeza ética, generosidade intelectual e potência política de quem nunca se rendeu aos discursos hegemônicos. Desde sempre contracolonial, sua presença nos provoca a imaginar outros mundos possíveis — mais justos, plurais e emancipatórios.

Que seu compromisso inabalável continue nos inspirando a insistir nas brechas, nas escutas e nas invenções que colocam as crianças no centro, com dignidade, alegria e justiça social.

Muito obrigada, Ana Lúcia. Seguimos juntas, em luta e em movimento.

Em anexo, para incitar ainda mais o debate proposto por este dossiê, como sugerido pela Ana Lúcia, trago alguns manifestos produzidos pelo Fórum Paulista de Educação Infantil nos últimos anos e que tem contribuído para a luta por uma educação infantil pública e de qualidade para todas as crianças e bebês.

Essas lutas estão sempre articuladas com as demandas e conflitos sociais, econômicos e políticos que atingem meninos e meninas desse país. Reforço a necessária e combativa presença dos movimentos sociais discutindo, denunciando e fazendo propostas que legitimem a participação da coletividade na construção de creches e pré-escolas com qualidade e equidade social.

Alguns desses manifestos continuam atuais, pois tratam de questões ainda muito debatidas e disputadas na área, como é o caso da avaliação. Recentemente temos sofrido várias tentativas de retrocessos com propostas neoliberais⁵ de avaliação universal em pré-escolas paulistanas. É preciso sempre estar atentos/as, fortes e na luta!

Outros manifestos foram produzidos e divulgados durante a pandemia na tentativa de fazer coro ao debate sobre determinados protocolos para o retorno das instituições de educação infantil e como manifesto de luto pelas crianças mortas pelo COVID-19. Foi preciso ir à luta para que os direitos de bebês e crianças pequenas, assim como das profissionais, fossem respeitados.

⁵ Recentemente Ana organizou com o professor Roberto Sanches Mubarak Sobrinho o livro "Na colisão do Neoliberalismo: Infâncias, Políticas e Relações Sociais" que está disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2024/10/EBOOK_Na-colisao-do-Neoliberalismo.pdf

E outros tantos manifestos necessários para reforçar a nossa luta pela vida de bebês e crianças negras, indígenas, migrantes seja aqui, seja em Gaza, a nossa luta é contínua e precisamos ser cada vez mais ser firmes e presentes.

Figura2: Manifesto furioso – aborto legal, seguro e gratuito: gravidez aos 10 mata!



Fonte: arquivo do FPEI

Figura3: Manifesto Indignado II – A construção de verdades únicas



Fonte: arquivo do FPEI

Figura4: Manifesto contra o genocídio das crianças yanomami



Fonte: @forumPaulistadeeducacaoinfantil

Figura5: Manifesto público – vamos voltar? AGORA NÃO!

Manifesto Público: Vamos Voltar? AGORA NÃO!

Vivemos um momento singular na História. A pandemia coloca em risco o direito à VIDA. Considerando esse direito, o FPEI vem a público manifestar sua posição: **Voltar? Agora não!**

Com a curva de contaminação pelo COVID 19 em crescimento, com mais de 50.000 brasileiras (as) mortas (as) pela doença. Na cidade de São Paulo a situação é ainda mais crítica: um milhão por dia, mais de 300 vidas perdidas. Retornar as atividades com bebês e crianças, na Educação Infantil, significa colocar a vida em risco colocando o capital sob a triade: produção, acumulação e consumo.

Pensar no direito da proteção à VIDA, significa pensar em todos os outros direitos como educação, saúde, alimentação e proteção (inclusive em casa).

Por isso, enquanto as unidades educacionais estão fechadas, é preciso pensar e pressionar o poder público com relação a importância das políticas públicas no atendimento à infância, articulando com a sociedade discussões que considerem os setores da educação, saúde, assistência e, principalmente o investimento público, a fim de propiciar à todas as famílias, especialmente das periferias, condições de manter seus bebês e crianças em segurança.

Diante desse cenário de pandemia em crescimento e as especificidades da Educação Infantil, existem algumas questões prementes:

- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destacam as brincadeiras e as interações como eixos da ação educativa. E assim são elaborados os PPP que orientam a organização do trabalho pedagógico e no cotidiano educativo, o coletivo de bebês e crianças interagem e brincam o tempo todo. Como garantir os protocolos de "distanciamento social" entre elas? No caso de bebês tal questão agrava-se, pois bebês não ficam a 2 metros de distância das/ves professoras/es, mas muitas vezes no colo delas/es, a dois centímetros de distância. O contato físico faz parte da pedagogia da infância. Bebês e crianças pequenas brincam no chão, trocam brinquedos, precisam de ajuda para alimentar-se, para higienização. Como fazer isso respeitando o distanciamento social seguro?
- Bebês e crianças relacionam-se de forma afetiva com as (as) professoras (es), sorrisos e expressões faciais são fundamentais nessa relação. Como bebês não se relacionar com profissionais com máscaras em tempo integral? Quais os impactos na relação adulto-criança?
- Sobre o uso de Equipamentos de proteção individual (EPIs) como luvas, máscaras, aventais etc., estes podem ser utilizados pelas/ves adultas, porém não há EPIs para bebês e crianças pequenas. Para as crianças maiores, sabe-se que o uso de máscaras é um grande desafio. Mesmo considerando essa possibilidade: como garantir para o coletivo de crianças o uso correto das máscaras e a troca periódica a cada duas horas, como recomendado, considerando que muitas foram em período integral nas unidades educativas? Como proteger bebês e crianças nestas condições?
- Os protocolos não podem significar retrocessos de curtos assistencialistas, higienistas e preparatórios, nas concepções e formas de organização da Educação Infantil, conquistadas nos últimos anos.
- Somam-se a estas questões:
 - 1- Número elevado de bebês e crianças por professora. Nas redes públicas de Educação Infantil cada professora é responsável em média por 7 bebês, e considerando as crianças

maiorzinhas, os grupos são em torno de 35 crianças. E muitas vezes o espaço físico das salas acolhem grupos de mais de 40 crianças. Atender em sistema de escola não garante o direito que todas(as) têm de ser atendidas(as). Além de ser uma crueldade com as famílias, jogar quem precisa ou não do atendimento que é um direito de todas(as). Também não podemos pôr a responsabilidade sob as famílias de levar ou não bebês e crianças para os espaços coletivos.

2- Precariedade dos espaços onde estão instaladas as unidades de educação infantil, que nem sempre possuem espaços amplos e sequer espaços externos adequados aos tempos "normais", como garantir o distanciamento ou as atividades em áreas externas nesses casos?

3- Muitas redes públicas de Educação Infantil enfrentam historicamente insuficiência de licenciamento, de profissionais e materiais adequados para a higienização dos espaços e das crianças.

Como garantir a não proliferação do vírus nesse contexto em um momento que requer uma grande atenção da população e medidas intensificadas no distanciamento social?

Como garantir a saúde de bebês, crianças, suas famílias e das(as) professoras de Educação Infantil?

Embora não sejam consideradas do grupo de risco, muitas (as) bebês e crianças podem ser contaminadas(os) pela doença e transmiti-la aos seus familiares. Algumas pesquisas indicam que colocar 20 crianças numa sala de referência implica em 500 contatos cruzados em dois dias. Dados que evidenciam como a abertura das unidades educativas nesse momento poderá agravar o quadro de contaminação que caminha dia a dia em ascensão.

Lembramos que alguns países que tiveram a experiência de retornar o atendimento com crianças pequenas, tiveram que reverter suas ações e voltar ao isolamento. As experiências de retorno de outras países devem ser analisadas com cuidado e criticidade e não tomadas simplesmente como exemplos para pautar a organização do cenário brasileiro que difere em muito de outras realidades. dada sua complexidade, número bebês e crianças envolvidos, a curva de contaminação em ascensão, a profunda desigualdade que assola grande parte da população que vive em condições de vulnerabilidade social e a falta de investimento público nas políticas de garantia dos direitos para a infância.

Bebês e crianças, que convivem em espaços coletivos de Educação Infantil não cabem em protocolos.

Por isso, o Fórum Paulista de Educação Infantil convoca todas e todos a Campanha "Vamos voltar? Agora não!", para ampliar a discussão e chamar a atenção do poder público para investimento público e a esouta das (as) profissionais da educação e das famílias.

Fonte: @forumPaulistadeeducacaoinfantil

Figura 6: Prô, Tô sem COLO – Educação Infantil em tempos pandêmicos: bebês e crianças não cabem em PROTOsemCOLOS!



PRÔ, TÔ sem COLO

Educação infantil em tempos pandêmicos: bebês e crianças não cabem em PROTOsemCOLOS!

PRÔ, TÔ sem COLO!

Estamos inseridos em um contexto de barbárie, um ano após o primeiro caso de COVID 19, o Brasil registra a maior média de mortes desde o início da pandemia, com mais de mil mortes diárias e 250 mil vidas interrompidas.

Nesse contexto o panorama do Estado de São Paulo é desolador:

- Recentes dados de lotação nas UTIs;
- Circulação da variante brasileira do coronavírus de maior transmissibilidade;
- Restrição de circulação noturna;
- Lockdown em algumas regiões;
- Iminente colapso do sistema de saúde público e privado no território nacional.

É nesse contexto que muitos municípios paulistas, incluindo a capital, retomam o atendimento presencial de bebês e crianças nos espaços coletivos de Educação Infantil, a partir do previsto nos PROTOsemCOLOS.

Protocolos sanitários que estabelecem regras para orientar a jornada presencial de bebês e crianças como, por exemplo, o distanciamento físico de no mínimo 1 metro, em todos os contextos e espaços, nas refeições, parques, salas, corredores como uma condição essencial para a saúde, além de preservar o uso individualizado de brinquedos (não pode mais trocar com alto amigalengo) e a não permanência das famílias no espaço educativo, sequer nos períodos iniciais do ingresso dos bebês e crianças à instituição.

As regras e o distanciamento previsto nos PROTOsemCOLOS provocam muitos outros distanciamentos que contribuem para desconstruções de direitos, concepções e lutas históricas da Educação Infantil. Precisamos estar atentos/atenidas para esses outros tantos distanciamentos.

Os PROTOsemCOLOS nos distanciam:

- Das concepções de uma Educação Infantil humanizadora, inclusiva e emancipatória;

- Das interações próximas, acolhedoras e intensas, que constituem um dos eixos do trabalho pedagógico previsto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI);
- Dos direitos de bebês e crianças à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças explicitados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

Por isso, questionamos:

Quais concepções de bebês, crianças, Educação Infantil, professor(a) estão presentes nos PROTOsemCOLOS?

Como garantir o direito à liberdade em espaços com mobilidade restrita?

Como construir a confiança nas relações distanciadas, onde a máscara invisibiliza os rostos e os sorrisos?

Qual dignidade pedagógica que se constrói a distância, sem proximidade, sem integração e troca?

Quais brincadeiras potentes e felizes podem ser construídas de forma individual e sem interação?

Como concretizar na jornada educativa uma Educação Infantil de bebês e crianças pequenas sem colo?

Como viver por até dez horas diárias, cinco dias por semana, em um ambiente regido pelos PROTOsemCOLOS?

Qual história estamos construindo ao retornar presencialmente nessas condições e com essas regras?

Quais as consequências dessas experiências para bebês, crianças, educadoras e famílias?

Cotidianamente precisamos pensar a "quem" e a "que" serve o retorno do atendimento presencial de bebês e crianças nestas condições?

Diante de tantas questões complexas, muitas vezes, se coloca no "colo" das famílias a decisão de retornar ou não com seus bebês e crianças para o atendimento presencial, nas circunstâncias dadas pelos PROTOsemCOLOS.

O colo que sempre levou afeto, acolhida, carinho, pode agora levar a insegurança, o medo, a doença e a morte.

As interações alegres, vivas e pulsantes que tecem a rede do cotidiano da infância, agora podem tecer e ampliar as redes de contágio, como evidenciam os dados reveladores da contaminação de educadoras/es, bebês e crianças nas duas primeiras semanas de atendimento presencial.

Deixaremos de seguir as crianças, como nos provoca Mialaguzzi, para seguir os PROTOsemCOLOS?

Qual o fim desta estrada?

Pode ser o fim da VIDA.

Por estas e outras questões, o Fórum Paulista de Educação Infantil (FPEI) convida a todos para lutar pela interrupção do atendimento presencial de bebês e crianças.

ATENDIMENTO PRESENCIAL DE BEBÊS E CRIANÇAS?

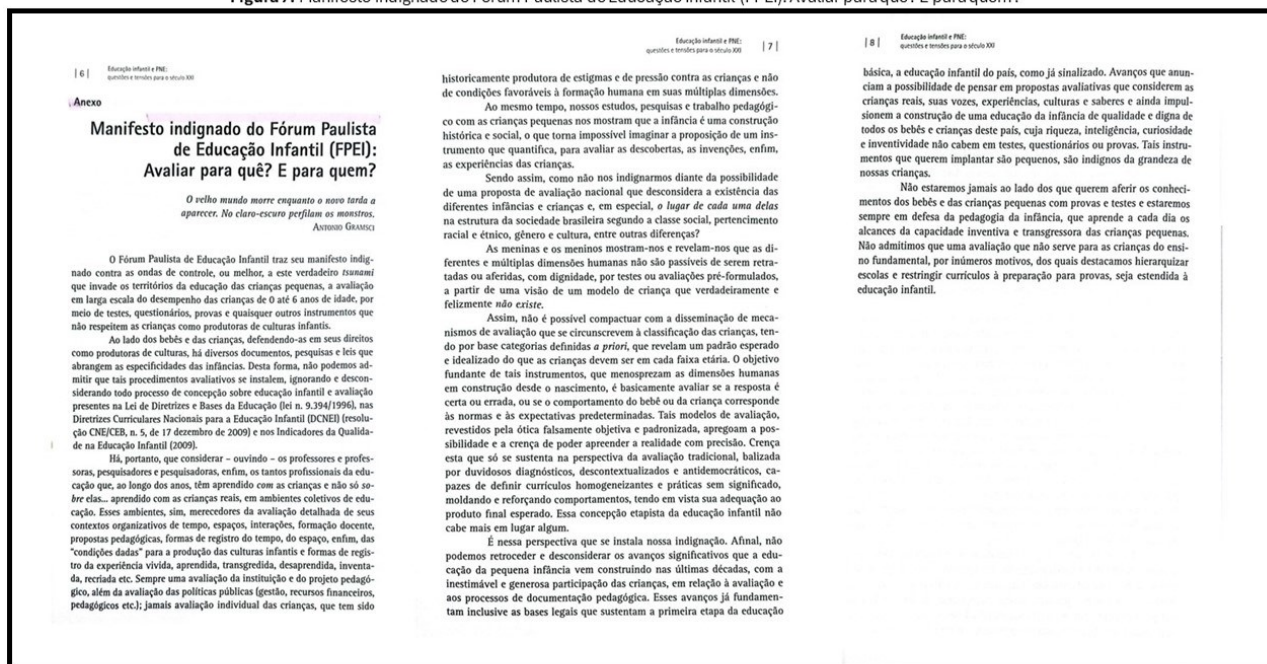
AGORA NÃO!

Março de 2021

Fórum Paulista de Educação Infantil

Fonte: @forumpaulistadeeducacaoinfantil

Figura 7: Manifesto indignado do Fórum Paulista de Educação Infantil (FPEI): Avaliar para quê? E para quem?



Fonte: FPEI (2012)

REFERÊNCIAS

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; MUBARAC SOBRINHO, Roberto Sanches (orgs.). **Na colisão do Neoliberalismo: Infâncias, Políticas e Relações Sociais**. São Carlos: Pedro & João, 2024. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/na-colisao-do-neoliberalismo-infancias-politicas-e-relacoes-sociais/>

FPEI. Manifesto indignado. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 208, 2016. DOI: 10.28998/2175-6600.2016v8n16p208. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2815>
Acesso em: 24 mar. 2025.

FPEI. Manifesto Indignado do Fórum Paulista de Educação Infantil (FPEI): Avaliar para quê? E para quem?. In: Faria, Ana Lúcia Goulart de; Aquino, Ligia Maria Leão (Org.). **Educação infantil e PNE: questões e tensões para o século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2012, p.6-8.

SANTOS, Solange Estanislau dos; MACEDO, Elina Elias de. BNCC para a educação infantil e a urgência de resistências. **Debates em Educação**, Maceió/AL, v. 13, n. 33, p. 1-14, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13n33p1-14. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12694>
Acesso em: 23 mar. 2025

TONUCCI, Francesco. **Com olhos de criança**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2003.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

OS DEBATES SOBRE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS DISPUTAS E OS CONFLITOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Debates on quality in early childhood education: disputes and conflicts in social movements

Entrevistada

Ana Lúcia Goulart de Faria

Faculdade de Educação
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, Brasil

cripeq@unicamp.br


 <https://orcid.org/0000-0002-1886-3790>

Entrevistadora

Solange Estanislau dos Santos

Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo
Caraguatatuba, Brasil

solestani13@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8515-6789>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Senador Feijó n.46, CEP:11665400, Caraguatatuba,SP, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: S. E. Santos, A. L. G.de Faria

Coleta de dados: S. E. Santos, A. L. G.de Faria

Análise de dados: S. E. Santos, A. L. G.de Faria

Discussão dos resultados: S. E. Santos, A. L. G.de Faria

Revisão e aprovação: S. E. Santos, A. L. G.de Faria

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste

periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 27-05-2025 – Aprovado em: 14-07-2025